



escola de **gestores**
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA, CONCEITOS E POSSIBILIDADES**

MARIA APARECIDA LAGE DE ALMEIDA FREITAS

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA, CONCEITOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

Maria Aparecida Lage de Almeida Freitas

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA, CONCEITOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

Prof. Charles Moreira Cunha (avaliador) - UFMG

Maria Aparecida Lage de Almeida Freitas

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos alunos deficientes que fazem parte da minha vida profissional nos últimos trinta anos.

AGRADECIMENTOS

Aos professores da Escola de Gestores da Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais que com apoio e incentivo possibilitaram que a conclusão deste curso se tornasse possível e real.

À professora Denise França Stehling, pela orientação e revisão desse trabalho.

Aos meus filhos, por compreenderem meus anseios, com carinho.

*Não fique ansioso com aquilo que você não tem.
Tudo tem seu tempo. Jogue as sementes no
chão... Cuide e um dia elas irão germinar.*

Padre Fábio de Melo

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso discorre sobre a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira situada em Belo Horizonte, na barragem Santa Lúcia, morro do Papagaio. No decorrer da análise foram realizadas pesquisas bibliográficas buscando fundamentação teórica observando se o tema em questão está coerente com as tomadas de decisões neste espaço educacional e com o próprio Projeto Político Pedagógico da instituição. Este trabalho pretende construir breve resumo da evolução das políticas públicas de educação especial e analisar as práticas e instrumentos avaliativos aplicados na escola. Busca também pesquisar e analisar a implementação de propostas inovadoras e que oportunizem possibilidades e alternativas ao processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes. Ao final aponta-se que o principal papel da avaliação é mostrar a indicação de conteúdos ou processos ainda não apreendidos pelo aluno, quer com deficiência ou não, e que devem ser retomados no processo de ensinar, entendendo que as informações obtidas permitem um novo direcionamento do planejamento pedagógico do professor.

Palavras-chave: inclusão, avaliação, tomada de decisão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
2. AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20
ANEXO	22

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um documento que precisa ser construído na escola e exige o envolvimento e a dedicação de toda comunidade escolar: pais, alunos, servidores e comunidade local. Não se constrói um Projeto Político Pedagógico (PPP) adequado à realidade da escola, sem conhecê-la e sem participar do cotidiano da mesma. É preciso dar vida ao texto do documento para que ele gere transformação no contexto escolar.

[...] O PPP de uma escola considera, no conjunto dos seus alunos, professores, especialistas, funcionários e gestores, as necessidades existentes, buscando meios para o atendimento dessa demanda, a partir dos objetivos e metas a serem atingidas. A democracia se exercita e toma forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar. (ROPOLI, 2010, p. 17)

A educação de qualidade supõe um Projeto Político Pedagógico que garanta o acesso e permanência do aluno no ambiente escolar; que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades.

Ele tem um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas das comunidades escolares. A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos.

Os maiores desafios da construção de um Projeto Político Pedagógico são promover e valorizar os diversos membros da comunidade escolar. O PPP deve ainda mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações, conforme Oliveira (2014, p. 1). Por isso, a escola deve preocupar-se em construir o PPP coletivamente, no sentido de oferecer uma educação de qualidade, com foco na sua finalidade precípua que é o trabalho escolar, em um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas escolares. Silva (2014, p. 5) argumenta:

[...] No processo de planejamento fazemos escolhas, definimos caminhos, tomamos decisões por meio das quais procuramos indicar onde queremos chegar, como pretendemos desenvolver e realizar determinada ação, considerando os recursos e meios de que dispomos para alcançar nossos objetivos. (SILVA, 2014, p. 5)

O ideal é que todos os envolvidos participem das ações estabelecidas no PPP para acompanhamento, execução e avaliação, contemplando as expectativas da comunidade.

É importante também, valorizar no PPP, como instrumento para planejamento, o atendimento ao aluno deficiente e conforme previsto no artigo 58º da Lei de diretrizes e bases (BRASIL, 1996), favorecer a implantação da escola inclusiva.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira está inserida no Morro do Papagaio/Aglomerado Santa Lúcia – Barragem Santa Lúcia, conhecida como uma das comunidades vulneráveis de Belo Horizonte. Atualmente a escola oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental compreendendo:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano.

II - Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano.

Atende a 310 alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, com faixa etária entre 06 a 10 anos. São treze turmas do ensino regular e onze turmas do Projeto de Tempo Integral (PROETI). Assim, dos 310 alunos matriculados, 249 fazem parte do PROETI, que cumpre uma proposta curricular ampla de enriquecer as atividades do ensino regular.

O espaço físico da escola compõe-se de: uma biblioteca, onze salas de aula, uma sala de informática, uma sala de multimídia, uma sala de dança, secretaria, direção, cantina, três depósitos pequenos, uma oficina de culinária experimental, três banheiros, um escovódromo (pia coletiva para escovar os dentes), duas quadras esportivas (uma quadra grande e uma pequena), uma sala de recurso pedagógicos e uma sala de jogos pedagógicos, uma sala de professores, uma sala de supervisão pedagógica e um ambiente denominado de triângulo, usado para atividades lúdicas.

A escola conta com profissionais com formação adequada na área conforme lei vigente, espaços físicos acessíveis, mobiliário e equipamentos adequados às necessidades especiais e à faixa etária dos alunos. Conta ainda

com uma equipe multiprofissional, através de parcerias nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Este trabalho de conclusão de curso pretende construir breve resumo da evolução das políticas públicas de educação especial e analisar as práticas e instrumentos avaliativos aplicados na escola. Busca também pesquisar e analisar a implementação de propostas inovadoras e que oportunizem possibilidades e alternativas ao processo de ensino- aprendizagem dos alunos deficientes.

Através de uma análise da efetivação das políticas públicas educacionais da educação especial no âmbito escolar, busca fundamentar-se no referencial bibliográfico que discute as leis enquanto parâmetros da legalidade educacional brasileira, bem como outras referências das políticas públicas para a educação especial: Constituição Federal , Declaração de Salamanca, Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros.

1 . BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial Inclusiva parte do princípio de que todos têm direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma discriminação. Tem como objetivo reverter à realidade histórica do país marcada pela desigualdade e exclusão. Em uma gestão democrática no âmbito educacional, os alunos com deficiência, têm o direito de serem matriculados nas escolas e acesso a espaços comuns de aprendizagem, bem como ao atendimento educacional especializado.

No decorrer da história, observa-se que foi gradativo o reconhecimento dos direitos sociais das pessoas com deficiência. Na sociedade democrática há uma preocupação com os direitos de todos, sendo os dos deficientes um dos que vem se destacando e funcionando como elemento de pressão junto às estruturas organizacionais, facilitando assim, a introdução de mudanças que possam definir sua participação no contexto social.

Nesse sentido, a educação tem se destacado como meio privilegiado de favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos, tendo como mediadora uma escola realmente para todos, como instância sociocultural.

Em 1994 na Espanha, foi promulgada a Declaração de Salamanca. Noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais se reuniram para reafirmar o compromisso de “Educação para Todos”. O documento defendia a ideia de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de suas dificuldades e diferenças”. (UNESCO, 1994)

Destaca-se nesta conferência que os educandos estudem, preferencialmente, na escola de todos e tenham igualdade de oportunidades. Esta igualdade refere-se ao atendimento às suas necessidades especiais: a adequação do ambiente escolar com eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, a disponibilização de materiais, equipamentos específicos e professores capazes de compreender, ensinar e favorecer a aprendizagem desses educandos. Porém, afirma também que:

Qualquer deficiente tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias de suas crianças. (UNESCO, 1994, p. 23).

A Constituição Federal de 1988, garante às pessoas com deficiência, no capítulo da educação, no artigo 208, inciso III, que o atendimento educacional aos portadores de deficiência, deverá ser preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Lei nº 9394/1996 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação Especial é definida como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como objetivos a disponibilização de recursos de acessibilidade, a formação de professores e o oferecimento do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular, apontam os rumos para as pessoas com necessidades especiais. (BRASIL, 1996, p. 02)

A secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais publicou o projeto político pedagógico denominado de “Escola Sagarana – Educação para a vida com dignidade e esperança”. O projeto coloca como objetivo da ação do Estado para a Educação Especial: “intensificar políticas de inclusão e integração social”. (1999, V II, p.04) Assim, propõe novos estudos sobre critérios e métodos de integração de pessoas com deficiência, no ensino comum, novos projetos que facilitem esta integração, convênios com instituições especializadas e acordos para cessão de professores e especialistas.

O documento não faz referência à continuidade das escolas ou centros especializados. É colocado, apenas, o esforço da secretaria para alcançar a política da escola inclusiva. Para suavizar o texto da Escola Sagarana, a Secretaria da Educação publicou a Resolução nº 08 de 16 de janeiro de 2000, sobre a organização do ensino nas escolas estaduais. Na Seção V, *da Educação Especial*, parágrafo único, diz que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno, não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2007), ratificada no Brasil pelo Decreto Executivo nº 6949/2009, em seu art. 24º, afirma o compromisso dos Estados que celebraram o acordo com a efetivação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e orienta para que sejam adotadas as medidas de apoio, necessárias ao atendimento das especificidades individuais dos estudantes, a fim de alcançar a meta da inclusão plena.

O artigo 9º da Convenção estabelece o direito das pessoas com deficiência, de viverem com autonomia e participarem de todos os aspectos da vida. Deverão tomar medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação.

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e objetiva visa à transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos e define estratégias para garantia do acesso, participação e aprendizagem, dos estudantes, público alvo da educação especial.

A educação especial tem a mesma finalidade, estrutura e organização curricular da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior. Organiza-se segundo as diretrizes Curriculares Nacionais que definem conhecimento, competências e habilidades a serem desenvolvidos, fundamentados nos princípios:

- estéticos: da sensibilidade, da criatividade;
- éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- políticos: dos direitos e deveres da cidadania;
- pedagógicos: da identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e da contextualização.

Nesse sentido, uma educação de qualidade supõe um Projeto Político Pedagógico (PPP) que garanta o acesso e permanência do aluno no ambiente escolar; que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades.

O PPP tem um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas das comunidades escolares. A escola

para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Neste sentido, a Resolução SEE/MG (Secretaria do Estado da Educação) nº 2.197/2012 estabelece como a regulamentação da educação especial nas escolas:

[...] Art. 44º A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, devendo ser prevista no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar.

Art. 45º O Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar devem contemplar as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

Art. 46º O Atendimento Educacional Especializado – AEE deve identificar elaborar, organizar e oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados. (MINAS GERAIS, 2012, p. 08)

2. AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Avaliação faz parte do cotidiano e aplica-se a toda prática, seja ela educacional ou social. Ela visa à tomada de providências, promovendo um planejamento e estabelecendo objetivos.

Quando o sentido do processo avaliativo deixa de ser somente quantitativo, cria-se espaço para que as diversas respostas possíveis sejam analisadas, gerando novos olhares, percepções e conhecimentos.

A presença de alunos com deficiências em uma turma faz com que muitos professores manifestem as dificuldades que sentem em aplicar provas, corrigi-las e atribuir notas ou conceitos, usando os mesmos critérios que são utilizados para os alunos que não possuem deficiências.

Para que a participação seja efetiva, todos da escola devem ter garantida a possibilidade de expressar suas necessidades. Esse é o ponto de partida para o trabalho coletivo e avaliativo, de uma maneira em que cada um possa ser capaz de se posicionar, de se informar e de colaborar nas decisões.

Segundo Hernandez (1998, p. 95), a “avaliação vem se tornando a peça chave do ensino”. Quando o professor consegue aprimorar o seu olhar, ele vê que constrói o conhecimento junto com o aluno, ambos compartilham a responsabilidade da prática pedagógica. Através dos resultados avaliativos, o professor obtém informações e pode reorganizar a dinâmica de suas aulas e sua prática em sala de aula. Sendo ele ativo em relação ao conhecimento que transmite, através de suas ações, fica nítido o desejo de aprender, a atitude de pesquisar e de buscar respostas. Nesse sentido, a avaliação torna-se o ponto de partida e ponto de chegada de todo e qualquer trabalho pedagógico.

Há tempos aponta-se a importância da avaliação formativa, (Hernandez, 1998, p. 95) diz: “a finalidade não é a de controlar e qualificar os estudantes, mas sim ajudá-los a progredir no caminho do conhecimento, a partir do ensino que se ministra e da forma de trabalhos utilizadas em sala de aula”.

Na perspectiva formativa, a avaliação não pode ser considerada como um fim em si mesmo, mas como subsidiadora da atividade pedagógica, como fornecedora de dados para tomadas de decisões e reflexão filosófica, política e

técnica sobre essa atividade. Nessa concepção, as intervenções pedagógicas são permanentes e as estratégias de recuperação da aprendizagem dos alunos são utilizadas durante todo o processo. A avaliação da aprendizagem, nesse aspecto, consegue espelhar as práticas pedagógicas porque reflete as posturas educativas do ensinar.

O sentido da palavra inclusão depende muito da concepção e da ideologia de cada professor e da sua relação com a diversidade de metodologias e práticas pedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos deficientes e principalmente práticas avaliativas que consigam expressar e registrar o avanço de cada um dos alunos.

Para que essa reflexão seja eficiente, a escola deve ter em mente que a avaliação é inerente à sua proposta pedagógica, ou seja, precisa estar descrita no PPP e ser conhecida por todos. É um processo permanente, ocorrendo em qualquer momento e servirá para orientar as intercorrências futuras, onde poderá ser identificada a permanência ou consequência do que foi realizado antes.

Um processo de avaliação de aprendizagem com alunos com deficiência deve ser contínuo e necessita de registros descritivos. Os dados devem ser colhidos e interpretados para o uso educativo dos resultados, na forma de práticas pedagógicas contextualizadas.

O ideal é que esses dados observados sejam registrados em Fichas de Acompanhamento Individual dos alunos. A escola tem autonomia de desenvolver um modelo adequado e eficiente ao seu contexto e a cada deficiência. A ficha deve ter campos que possibilitem o registro pontual e significativo de cada aluno e mostrem os avanços pedagógicos dos alunos.

Uma parte importante da avaliação da aprendizagem e que deveria ser realizada semestralmente é a discussão em Conselho de Classe, com a participação de todos os profissionais que trabalham com o aluno deficiente. O Conselho de Classe tem como proposta acompanhar os progressos, assessorar a prática pedagógica e se pautar nas discussões e ponderações dos professores no momento de enturmação dos alunos. Propõe-se ainda discutir e buscar soluções para as dificuldades encontradas no desenvolvimento escolar dos alunos, completando assim um processo de avaliação integral.

Os registros desses resultados e das discussões em Conselho de classe são descritivos e seus objetivos definidos para cada período, através de:

- relatórios periódicos de reuniões de “Conselho de Classe” constituídos dentro de uma dinâmica coerente com uma proposta de ensino-aprendizagem responsável e participativa;

- portfólio, modalidade de avaliação, definida como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e desenvolvimento pedagógico. Pode ser iniciado com um único tipo de item e depois ser ampliado. Contém anotações, rascunhos e esboços de projetos. Com isto proporciona um contexto onde o aluno pode pensar sobre ideias e conhecimentos que adquiriu na escola e fora dela. A avaliação através do portfólio deve ser um complemento do processo de avaliação geral usada pelos professores. O envolvimento da família é muito importante na confecção deles.

Os alunos com deficiência devem ter ainda um Plano de Desenvolvimento Individualizado de Ensino – PDI, devendo ser elaborado no início do percurso escolar e sempre atualizado em função do desenvolvimento da sua aprendizagem, sendo norteador das ações educacionais. Esse também deve ser elaborado e pensado por todos os profissionais que atuam com o aluno.

Neste mesmo sentido, o currículo escolar deve ser adaptado para atender as demandas dos alunos, conforme a deficiência do aluno, desenvolvendo uma aprendizagem funcional de atividades de vida diárias (AVD) e da convivência social, possibilitando a verdadeira inclusão escolar e social, simultaneamente.

É necessário incluir nos relatórios também as aprendizagens sociais e culturais dos alunos, cuja aquisição ocorre em suas experiências naturais de vida: família, nos grupos sociais, no lazer, e outros. Avaliar, sob uma proposta de um professor observador, remete a atenção voltada a perceber as atitudes dos alunos em relação à turma, com seus colegas, consigo mesmo, com os materiais didáticos, com questões sociais, com o conhecimento e com suas necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade nos últimos anos tem produzido e constituído novos direitos na defesa ao respeito às diferenças e na superação das desigualdades. Nessa busca, observa-se que a educação deve ser oferecida, em todos os níveis, com qualidade igual, e para que se garanta o percurso a todos os alunos. Mais importante que a mudança nas exigências formais do sistema é a revisão do papel da escola, com vistas às mudanças das concepções e práticas escolares, tendo destaque neste trabalho de conclusão de curso, o olhar metodológico sobre a avaliação do aluno deficiente.

Sabe-se que o principal papel da avaliação é apontar ou mostrar a indicação de conteúdos ou processos ainda não apreendidos pelo aluno, quer com deficiência ou não, e que devem ser retomados no processo de ensinar. As informações obtidas permitem um novo direcionamento do planejamento pedagógico.

Carvalho (2010, p. 10) aponta um caminho a se avaliar alunos com deficiências, utilizando a análise centrada na capacidade individual de cada um, valorizando as características da aprendizagem, como o ritmo, os níveis de abstração e os alcances possíveis da aprendizagem, ao comentar que:

A orientação que tem sido apresentada, inclusive internacionalmente, é a de utilizar avaliações de psicopedagogias não tão centradas em instrumentos formais e padronizados, mas em observação e análise das características de aprendizagem desses alunos identificado às barreiras que interferem, prejudicando lhes a aprendizagem. (CARVALHO, 2000, p.10)

Pode-se concluir que a principal finalidade da avaliação deve ser analisar as habilidades e competências no desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, considerando os recursos educacionais necessários a seu raciocínio e suas reais necessidades educativas.

As respostas e a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no PPP da escola, através da adaptação do currículo e do processo de avaliação, buscando garantir que os alunos com deficiências participem de uma rotina e que considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer.

A escola precisará se renovar para atender a todos os alunos respeitando as especificidades de cada um, pois todos têm direito a uma educação de qualidade e é preciso estar atento a alguns aspectos da aprendizagem, como a avaliação. É necessário também que o professor invista na observação e interpretação dos processos e dos conhecimentos proporcionais às necessidades de cada aluno.

O tema exposto neste trabalho vislumbra uma forma de encarar a avaliação como um processo de reflexão, nos quais se buscará novos caminhos na busca pela aprendizagem. Referente aos instrumentos de avaliação, este TCC aponta a observação, registro e o portfólio, como subsídios que poderão contribuir para uma avaliação para os alunos com deficiência. Cabe ainda lembrar que:

[...] As práticas escolares inclusivas não significam um ensino adaptado para alguns estudantes, mas sim um ensino diferente para todos, em que todos os envolvidos no processo tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades (AIMI E TAMBORIL, 2011, p.125)

Em suma, a tarefa primordial da escola é permitir que todos os alunos possam desenvolver seu potencial e se tornem agentes de transformação da sua própria realidade. Essa definição coloca o aluno no centro das atenções; por isso, as atividades da escola devem ser formuladas e executadas para atender às suas necessidades, sintonizadas com as necessidades e expectativas sociais.

REFERÊNCIAS

AIMI, Deusodete Rita da Silva e TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. **A avaliação na educação especial: instrumento para promoção de aprendizagem.** In: X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional- CONPE, 2011, Universidade Estadual de Maringá–PR, Anais. Disponível em <<https://abrapee.files.wordpress.com>> Acesso em 02/07/2015.

BRASIL. **Constituição 1988.** Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CASTRO, Ana de Lourdes B. de. **Democracia e atendimento educacional de aprendizado.** Revista Integração: SEESP/MEC, ano 2013.

FREITAS, J. E. (org.). **Escola Sagarana: educação para a vida com dignidade e esperança.** Coleção Lições de Minas, v. II. Belo Horizonte: SEE/MG, 1999.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudança na Educação: Os Projetos de Trabalho.** Porto Alegre. Artmed, 1998.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Mediação, 1991.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE /MG ° 2.197/2012-** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

MONTOAN, M. T. E. **A inclusão Escolar de deficientes Mentais: Contribuições para o Debate.** In Revista Integração, Brasília, ano 07, nº. 19, p. 50-57, 1997.

MRECH, L. M. **O que é educação Inclusiva?** In: Revista Integração. Secretaria da Educação Especial, Ministério da Educação e do Desporto, SEE/SP, ano 8, n. 20, 1998.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 20/06/2015 .

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; Fortaleza : Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O Planejamento em Educação.** UFU. Disponível em <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 15/06/2015 .

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais; acesso e qualidade.** Salamanca, Brasília: UNESCO/MEC, 1997.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
DONA AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA

MARIA APARECIDA LAGE DE ALMEIDA FREITAS

NILCE APARECIDA VILAÇA CARVALHO

SILVANA DE ALMEIDA FERREIRA

VALÉRIA LIMA GONÇALVES

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
DONA AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Ariadia Ylana Ferreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03 a 04
1. FINALIDADES.....	05 a 08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09 a 13
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	09 a 10
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	10 a 13
3. CURRÍCULO.....	14 a 15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16 a 17
5. PROCESSOS DE DECISÃO	18 a 19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	20 a 20
7. AVALIAÇÃO.....	21 a 23
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24 a 25
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26 a 27
10. ANEXOS	28 a 31

INTRODUÇÃO

As Escolas Reunidas da “Barragem Santa Lúcia”, primeiro nome da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, foram instaladas por ato publicado no jornal “Minas Gerais”, do dia 13 de fevereiro de 1963. O prédio pré-fabricado de madeira possuía quatro salas de aula e uma pequena sala para diretoria. As aulas foram iniciadas em 18 de março de 1963, com oito classes de primeiro ano, sendo quatro constituídas de alunos repetentes, transferidos do grupo escolar “Dom José Gaspar” e quatro classes de primeiro ano novato, perfazendo um total de trezentos e três alunos.

Em 07 de dezembro de 1963, pelo decreto nº 7.288, as escolas reunidas “Barragem Santa Lúcia”, passaram a denominar-se: “Dona Augusta Gonçalves Nogueira”, em homenagem a falecida mãe do Dr. Mário Gonçalves Nogueira, que doou o terreno para que a escola fosse instalada. Foi pedida a transformação do estabelecimento em grupo escolar, o que veio realmente a acontecer em 21 de agosto de 1964, pelo decreto nº 7.814 / 1964.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, da rede estadual, está situada na rua Copérnico Pinto Coelho, nº 13, bairro Santa Lúcia, telefax 32964388, em Belo Horizonte, no Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

São oferecidos pela escola os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos compreendendo:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º anos.

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos.

Atualmente, a escola atende 310 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental - comunidade de 06 a 10 anos de idade. São treze turmas do ensino regular e onze turmas do Projeto de Tempo Integral (PROETI). Assim, dos 310 alunos matriculados, 249 fazem parte do PROETI, que cumpre uma proposta curricular ampla que enriquece as atividades do ensino regular.

A comunidade escolar está inserida no Morro do Papagaio / Aglomerado Santa Lúcia - Barragem Santa Lúcia conhecida como uma das comunidades mais violentas de Belo Horizonte e com vulnerabilidade social significativa. Os alunos, em sua maioria, são frutos de uma família desestruturada, muitos pais usuários de drogas com baixo poder aquisitivo e com baixo ou nenhum grau de estudo. A grande maioria das mulheres-mães que trabalham exerce a profissão de doméstica e os homens são operários de obra, prestam serviços autônomos ou vivem de “bicos”. Há ainda os casos em que as famílias sobrevivem de benefícios como “bolsa escola” e “bolsa família”, contando com a escola para ajudar na sobrevivência dos filhos, que têm a oportunidade de permanecer na escola em horário de tempo integral.

A escola é considerada pela comunidade local e escolar como referência positiva na formação de seus alunos e como parceira na melhoria da construção social de seus moradores. O desafio da escola permanece na necessidade de atingir os níveis de ensino exigidos para transformar e diminuir as desigualdades sociais.

A educação especial na Escola Dona Augusta é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais nas diversas atividades desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

1- FINALIDADES DA ESCOLA

Sabemos que em uma sociedade globalizada, a escola é um local de formação de cidadãos reflexivos, pensantes, capazes de posicionar-se de maneira digna e responsável perante a sociedade. E todos os que fazem parte dela, desde o porteiro ao diretor, são particularmente responsáveis por essa formação do estudante.

Garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos é o princípio primordial que permeia a nossa escola. O trabalho desenvolvido na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira visa atender todas as etapas de desenvolvimento e processos da formação humana do estudante, considerando os princípios da cidadania e oferecendo alternativas de procedimentos didáticos específicos, diversificados, adequados, bem como a aquisição de habilidades e competências necessárias para sua vivência dentro e fora do ambiente escolar.

A educação de qualidade baseia-se em recursos humanos e materiais que vão desde a atuação do professor em sala de aula bem como os processos de ensino- aprendizagem, currículo, bem como os resultados do desempenho de cada aluno. E para chegar a esta educação de qualidade faz-se necessário uma participação de todos visando uma escola onde prevaleça a compreensão e a busca de uma escola eficaz.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem como missão fundamental favorecer a formação individual e a percepção enquanto sujeito histórico, capaz de influenciar na construção de uma sociedade justa e fraterna, formando cidadãos reflexivos, capazes de posicionar-se criticamente perante a sociedade na qual fazem parte.

De acordo com as finalidades da educação nacional a Escola propõe adotar como princípios norteadores de suas ações pedagógicas os seguintes princípios da Resolução SEE/MG - nº 2.197/2012:

I- PRINCÍPIOS ÉTICOS:

De justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II- PRINCÍPIOS POLÍTICOS:

De reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades.

III-PRINCÍPIOS ESTÉTICOS:

Do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

IV-EDUCAR E CUIDAR:

Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

Cabe destacar ainda que os objetivos educacionais da escola são:

- I – Desenvolver um ensino de qualidade e equidade.
- II – Oportunizar aos alunos o desenvolvimento e participação de oficinas pedagógicas e culturais no contra turno.
- III – Criar e vivenciar projetos que contemplem os diversos aspectos sociais e culturais da comunidade local.
- IV – Estabelecer uma parceria com as famílias de maneira permanente e dialogada.
- V – Fomentar o espírito de empreendedorismo.
- VI – Reconhecer e utilizar os espaços do entorno da escola, transformando-os em espaços educativos, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.
- VII – Desenvolver as propostas curriculares estabelecidas pelo sistema de ensino nacional e regional estabelecidas em legislações.
- VIII – Instituir práticas metodológicas e avaliativas que contribuam para o desenvolvimento pleno do aluno.
- IX – Valorizar e respeitar as diversidades humanas.
- X – Estabelecer e manter parcerias que contribuam para o desenvolvimento de ações almejadas pela comunidade escolar.
- XI – Primar pela prática de uma gestão democrática.
- XII – Atender o máximo de alunos no Projeto de Tempo Integral.
- XIII – Incentivar e criar condições para realização e participação em formação dos profissionais.
- XIV – Garantir o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais atendendo as resoluções vigentes.

XV – Elevar o índice de proficiência da escola.

Sabemos que todo trabalho, exige colaboração, envolvimento e coerência em nosso modo de pensar e agir. A escola procurará realizar o fazer pedagógico, pautado nos princípios norteadores, citados abaixo, conforme Ilma Passos Veiga:

[...] A **Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola. Acreditamos que é nosso dever amenizar a desigualdade, oferecendo democraticamente, oportunidades e condições reais de ingresso e permanência na escola. Igualdade de oportunidades requer, então, a expansão ou ampliação da quantidade de vagas oferecidas; ou seja, ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade do ensino oferecido.

A **Qualidade** da educação voltada para todos os estudantes e não somente como privilégio da clientela socioeconomicamente favorecida. A qualidade que buscamos tem duas dimensões:

- A dimensão técnica que é relacionada aos instrumentos e os métodos (significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos).

- A dimensão política é a competência humana do sujeito em termos de fazer história, diante dos desafios da sociedade humana, é a condição imprescindível da participação e da transformação, volta-se para os fins, valores e conteúdos.

A **Liberdade** (princípio constitucional) neste aspecto deverá ser associada à ideia de autonomia, pois ambas fazem parte da própria natureza da prática pedagógica. E ambas são relativas às regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos desta prática, sem imposições externas; diante de seus limites e possibilidades e, portanto, elas se constroem na vivência coletiva e interpessoal.

A liberdade e autonomia poderão ser percebidas na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos que estão envolvidos e têm sua parte de responsabilidade na construção desta proposta, no processo educacional e também no contexto social mais amplo. (VEIGA, 1998, p.3).

Acreditamos que a escola enquanto lugar de interação e convivência é capaz de possibilitar ao aluno oportunidades necessárias para o seu desenvolvimento e aprendizagem, levando em conta todos os aspectos da formação humana e todas as dimensões do homem; fazendo isso sempre com prazer e sensibilidade, pois a busca do prazer é essencial ao ser humano.

A Gestão democrática (princípio constitucional) tem sido uma referência em todas as decisões tomadas durante o processo de aplicação desta proposta nas

áreas pedagógica, administrativa e financeira, envolvendo todos os sujeitos numa construção coletiva em busca de soluções para os problemas do cotidiano de nossa escola, tentando romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática.

A gestão democrática neste sentido torna – se o fio condutor para a descentralização do poder, através da distribuição de tarefas e da participação coletiva e, conseqüentemente proporciona um trabalho realizado com vários olhares e pensamentos diversos permitindo assim um crescimento de toda o grupo envolvido.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A escola tem uma estrutura física que comporta a demanda dos alunos e que atende as necessidades da comunidade escolar de forma geral. Caracteriza-se por dois prédios de dois andares, onze salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca que atende aos alunos e a comunidade, sala para atendimento aos alunos encaminhados ao atendimento especial, sala de jogos pedagógicos, sala de supervisão pedagógica, cantina e refeitório, área administrativa, sala de professores, sala de multimídia, depósito para merenda, fantasias e material escolar, duas quadras poliesportivas, dois espaços cobertos para recreação e outras atividades pedagógicas. Conta também com materiais didáticos e pedagógicos incluindo jogos lúdicos e pedagógicos, equipamentos de informática para serviços administrativos e oficinas de informática, recursos audiovisuais como televisores, aparelhos de som e DVD e retroprojetores, máquinas de Xerox e duplicador, utensílios domésticos, mesas, carteiras, cadeiras e armários, refrigeradores e freezer para acondicionamento de alimentos.

O quadro de servidores compõe-se de treze professores para as turmas do ensino regular, onze professores regentes de turma do PROETI, uma professora eventual, uma professora da biblioteca, dois professores de Educação Física para as turmas do PROETI, uma para Ensino Religioso, quatro professoras de apoio aos alunos com necessidades especiais que possuem laudo médico para acompanhamento, duas supervisoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, sete auxiliares de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Do quadro de professores apresentado acima, quatro são efetivos, sendo os demais designados para o exercício de suas funções. Dos docentes, 80% possuem graduação e aproximadamente 50% possuem pós-graduação.

A formação continuada dos professores do primeiro ao quinto ano faz parte do curso PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Duas

professoras fazem pós-graduação, uma supervisora faz mestrado e os demais têm participado de encontros de formação oferecidos pela SEE (Secretaria de Estado da Educação) e pela própria escola.

Os recursos financeiros são oriundos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Programa Mais Educação e do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Os recursos são gastos conforme orientação específica do objeto do termo de compromisso assinado com a SEE, ou seja, aquisição de produtos alimentícios para garantir a merenda / refeição aos alunos, aquisição de materiais de consumo e serviços para garantir o desenvolvimento das atividades com os alunos e aquisição de mobiliário e equipamentos.

Durante o ano são feitas diversas campanhas, bazares e festas junto com a comunidade para arrecadação de recursos para complementar os recursos financeiros recebidos, pois esses não são suficientes para atender as demandas.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

As matrículas dos alunos na escola são feitas inicialmente dentro dos períodos estabelecidos no calendário escolar, divulgados pelos instrumentos legais, observando-se as exigências legais, relativos a idade e documentação, observando sempre o cadastro e zoneamento escolar.

Nenhuma matrícula é negada, por motivo de raça, sexo, condição social, convicção política e crença religiosa, bem como aos que necessitam de atendimento especial.

A direção tem atendido de maneira satisfatória a demanda escolar, incentivando a matrícula e a frequência dos alunos. A escola cumpre as orientações da Secretaria de Estado de Educação e mantém um número de 25 a 30 alunos em cada turma. Os alunos são enturmados de acordo com as considerações do

conselho de classe, observada a legislação vigente, idade, aspectos disciplinares e cognitivos.

O acesso à matrícula na escola acontece por meio do cadastro escolar que é feito na rede estadual de ensino que é único e obrigatório a todos os candidatos inclusive para aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

É permanente a preocupação de todos da escola na garantia do acesso, percurso e permanência de todos os alunos que procuram à escola, trabalhando sempre na busca da construção de um ambiente acolhedor proporcionando assim, a igualdade de oportunidade e condições.

Cabe destacar que a escola adota a legislação abaixo relacionada. Essa estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências. Decreto Federal nº. 3298/1999 - Do Acesso a Educação:

Art. 24 Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta responsável pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos deste decreto viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I-A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino.

IV- A oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

As reuniões pedagógicas acontecem semanalmente envolvendo grupos de professores, supervisão e direção. Esses momentos são para planejar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico.

Os encontros com a comunidade são distribuídos sistematicamente em cinco momentos: reunião no início do ano letivo e mais quatro nos términos dos períodos

bimestrais. Além desses encontros previamente estabelecidos, são realizados outros com as famílias em momentos individualizados e ou coletivos sempre que se faz necessário. Também são realizados encontros com a comunidade para organizar e incentivar a participação em eventos festivos, cívicos e pedagógicos.

As professoras trabalham o processo ensino-aprendizagem através de atividades práticas e criativas, focando fatos e acontecimentos da atualidade, desenvolvendo a linguagem oral e psicomotora. O trabalho é realizado com foco no respeito às diferenças dos alunos e no desenvolvimento de projetos. Em anexo, relacionamos os projetos desenvolvidos na escola (Anexo A).

A escola conta com profissionais com formação adequada na área conforme lei vigente, espaços físicos acessíveis, mobiliário e equipamentos adequados às necessidades especiais e à faixa etária dos alunos. Conta ainda com uma equipe multiprofissional, formada através de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social (geralmente o caminho tem sido via posto de saúde).

A proposta pedagógica, os planejamentos e as práticas pedagógicas são adaptados para o desenvolvimento de estratégias educacionais e sociais que favoreçam a formação plena dos alunos com necessidades especiais. Alguns pontos são destaque nessa proposta de inclusão:

- Desenvolver em toda comunidade escolar e local discussões relacionadas às condições de práticas de preconceito voltadas às pessoas com deficiência, apontando estratégias e mecanismos para avançar na perspectiva da inclusão;
- Promover práticas dentro e fora dos muros da escola, situações vivenciais de socialização e interação entre todos os alunos da escola e também com alunos das escolas de Ensino Especial.
- Fomentar junto à comunidade o conhecimento e reconhecimento, sobre os direitos e também os deveres que permeiam princípios da inclusão.

- A capacitação de todas as pessoas envolvidas no processo dar-se-á através de cursos oferecidos pela Secretaria de Estado e sempre que possível pela escola.

Para os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação é possível a flexibilização do tempo na escola por até 50% (02 anos), limitado a 01 ano a cada ciclo.

A certificação de conclusão / histórico escolar segue o padrão estabelecido pela legislação vigente da rede. O registro de carga horária e do aproveitamento alcançado pelos alunos é obrigatório, utilizando os mesmos critérios para todos os alunos, sendo esse, a representação do desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e considerando-se o seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

3. CURRÍCULO

Nossa Escola entende o currículo como tudo aquilo que seja vivenciado no seu cotidiano, ou seja, as atividades e projetos programados e desenvolvidos sob a sua responsabilidade envolvendo a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos, na própria escola ou fora dela.

As diretrizes curriculares são elaboradas de acordo com as orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, referendadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96; Resolução SEE MG n°. 2197/2012 e Resolução n°07 de 14 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Assim, a composição curricular, contempla dois eixos:

- Base Nacional Comum: uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais definida pela União.
- Parte Diversificada: também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares.

A integração da Base Nacional com a parte diversificada é feita através da construção coletiva da proposta pedagógica da escola e, ainda, havendo sempre um olhar sob a perspectiva da transdisciplinaridade, que permite o diálogo de um campo de saber para outro, indo além da concepção de disciplina e enfatizando o desenvolvimento de todos os aspectos da formação humana.

Na proposta curricular, os temas transversais: Ética, Saúde, Meio ambiente, Orientação sexual e Pluralidade cultural, são desenvolvidas de maneira dialogada, assegurando a articulação de toda a organização curricular, sendo também particularizados com o contexto da escola e da comunidade. As diretrizes estabelecidas acrescidas dos temas complementares definidos pelo coletivo de todos os envolvidos estão de acordo com a realidade e os anseios da realidade escolar.

O Brasil de hoje é marcado pelo aumento da incivilidade, da pobreza, da imoralidade, pelo crescimento dos aglomerados, da violência e pela concentração da riqueza. É nesse cenário que a Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira está inserida e é nele que ela se faz presente como instituição que articula, envolve, compromete e se fortalece, contribuindo para a valorização da diversidade cultural, formação plena dos educandos, na preparação para o exercício da cidadania e, sobretudo, no desenvolvimento de um trabalho voltado para uma educação de qualidade e igualitária.

A escola em conjunto com a comunidade e seus parceiros desenvolve projetos (anexo A) que contemplam as diversas linguagens e conhecimentos bem como uma prática de envolvimento acadêmico e social.

É oferecida a educação em tempo integral segundo a política educacional da Secretaria de Estado de Minas Gerais.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira é regida em conformidade com as legislações do Estado de Minas Gerais:

[...] O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. Sendo ministrados na escola os dois primeiros ciclos, e também o Projeto Tempo Integral para 11 turmas. (Resolução 2197/2012 SEE MG)

A escola funciona com dois turnos de trabalho, matutino e vespertino. O ano letivo composto de 200 dias letivos é dividido em quatro bimestres, cumprindo o calendário oficial. São quatro horas diárias de aula ministradas pelo regente de turma. Durante as quatro horas diárias, em todas as atividades, na sala de aula e fora dela, os alunos têm acompanhamento e orientação do professor, inclusive nos momentos destinados a recreação, sendo os tempos diários das aulas divididos conforme plano curricular e proposta pedagógica.

Para o cumprimento da carga horária de trabalho e tempo de planejamento dos professores cumpre-se a legislação com a seguinte redação:

[...] Da carga horária obrigatória - Art.10 Conforme dispõe a Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

§ 1º - A atividade extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência. (Resolução 2.253/2013)

A estrutura física contempla a demanda das práticas pedagógicas do ensino regular e o desenvolvimento das oficinas do Projeto Tempo Integral.

A sala de informática e a biblioteca atendem aos alunos para pesquisa também os professores e comunidade, contando com uma professora auxiliar de biblioteca para desenvolver projetos de literatura e fomentar o gosto pela leitura

Uma quadra poliesportiva possibilita as atividades de Educação Física, eventos cívicos, apresentações dos alunos e também atende a demanda da comunidade que, diariamente é utilizada para a prática de esportes, momentos de lazer e cultura e especificamente, em momentos que envolvem interesses da comunidade local como reuniões de Orçamento Participativo

Dois espaços livres são usados para o desenvolvimento de recreação, jogos de xadrez, campeonatos esportivos e pedagógicos, oficinas de arte e artesanato, teatro e música.

Há uma sala de jogos de alfabetização matemática e letramento. Conta também com um espaço para atendimento aos alunos destinados a sala de recurso e atendimento aos alunos que precisam de intervenções pedagógicas específicas.

Assim, como a escola abre seus espaços para uso da comunidade, ela também usufrui de espaços externos, como por exemplo, as aulas de música em parceria com TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e a Paróquia Belvedere que são realizadas em um ambiente do vigésimo segundo batalhão de polícia, e alguns momentos de prática esportiva, passeatas de cunho pedagógico são praticadas nos campos da Barragem.

5 - PROCESSOS DE DECISÃO

O modelo de gestão adotado pela Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira privilegia uma liderança que delega funções para cada membro do grupo, a fim que possam trabalhar na perspectiva de identificar e resolver o problema; estimular o crescimento profissional, formando grupos mais participativos. Sendo assim, evidencia-se uma liderança compartilhada, uma vez que a comunidade escolar se comunica cada vez mais com a escola, o que gera confiança e compromisso para os membros externos e internos à mesma. Unindo forças, os conflitos organizacionais são resolvidos com mais eficiência. A motivação fortalece o profissional e a própria instituição, o que reflete no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de tomada de decisão dentro de uma instituição não pode ser isolado; é fruto de opiniões, hipóteses geradas com a participação de todos nas decisões a serem tomadas, baseadas em atitudes de planejamento, trabalho consciente, esforço conjunto para conseguir uma decisão mais acertada que atenda ao grupo, preservando a integridade. Os membros do grupo devem estar comprometidos em acompanhar a solução do problema, assim o processo decisório torna-se mais adequado e demonstra a participação coletiva na tomada de decisão.

O diretor exerce uma função primordial dentro da instituição de ensino, sendo a peça mais importante na construção de uma escola democrática.

O Colegiado Escolar, com a estrutura e o funcionamento regulamentados por Resolução da Secretaria de Estado da Educação, é órgão representativo da comunidade nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e tem função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

As funções de caráter deliberativo compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

As funções de caráter consultivo referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e à apresentação de sugestões para solução de problemas.

O Colegiado na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira se reúne mensalmente, conforme cronograma registrado no Calendário Escolar. Ele conta com a participação representativa dos pais dos alunos, dos alunos, dos professores e dos servidores. Os pais têm se mostrado conscientes e prestativos e com desejo de acompanhar a escola em todos os aspectos, possuem boa formação e bom entendimento. Em outros tempos, esse segmento tinha muitas fragilidades. Com certeza, ainda é preciso melhorar, principalmente, com mais sugestões e propostas que beneficiem a escola.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

É necessário que a gestão seja democrática e traga dinamismo para a instituição e que o PPP seja um instrumento de participação de todos os envolvidos. A aproximação das pessoas nas relações de trabalho traz harmonia, compreensão, sendo os conflitos resolvidos de maneira positiva.

As relações de trabalho da escola demonstram e provocam: interesses diferentes, disputa de poder, relações antidemocráticas, aspectos sociais abalados. Cabe aos segmentos da escola comprometer-se mais com os questionamentos e soluções possíveis para os conflitos gerados no interior da instituição, prevalecendo o bom senso e a qualidade do ensino desenvolvido.

A escola Dona Augusta ao longo de sua história tem demonstrado uma preocupação constante quanto a qualidade das relações no ambiente de trabalho, pois acredita que esse seja um fator fundamental para o desenvolvimento de um clima organizacional que proporcione a todos os envolvidos um ambiente acolhedor e prazeroso para todos os envolvidos no processo educativo tanto dentro como fora dos muros da escola.

Valorizamos um relacionamento amigável e respeitoso no ambiente de trabalho. É necessário que os professores, supervisoras, funcionários administrativos e alunos estejam motivados e felizes com o trabalho e estudo que realizam.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem está sempre em processo de aperfeiçoamento, buscando ser investigativa, contínua, qualitativa e formativa. Ela busca conhecer o que alunos sabem e se os resultados estão próximos ou distantes dos objetivos educacionais propostos pela escola. É utilizada como instrumento de diagnóstico das dificuldades, permitindo o redirecionamento da prática pedagógica de forma que o ritmo do aluno seja respeitado, com atividades diversificadas que atendam às diferenças.

A avaliação contribui no levantamento de dados que podem redimensionar a gestão escolar, e com isso, a escola possa rever os planejamentos e metodologia de ensino e a própria prática avaliativa:

[...] Para o processo avaliativo, considera-se importante: analisar os resultados do SAEB relativos à escola; b) explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola ou pelo seu respectivo sistema; c) imprimir uma avaliação própria. (NAVARRO. MEC/SEB, 2004)

No que se refere aos alunos, esta forma de ser avaliado permite o acompanhamento de suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades de superação.

Na escola o retorno da avaliação para o aluno acontece de forma contextualizada, priorizando a função formativa, incidindo principalmente sobre suas conquistas de modo a fortalecer a autoestima e a aprendizagem. O professor compartilha com eles as observações que sinalizam seus avanços e a superação das dificuldades, situando-os no processo de ensino-aprendizagem. Os pais também acompanham o processo de aprendizagem de seus filhos, se inteirando dos avanços e das dificuldades para compreender os objetivos e as ações desenvolvidas pela escola.

A observação e o registro são os principais instrumentos de que o professor dispõe para pensar as devidas intervenções pedagógicas. O professor registra os

processos de aprendizagens dos alunos, as interações que se estabelecem entre professores/alunos/funcionários, compondo um rico material de reflexão constante no processo formativo: atitudes, interesse, participação, assiduidade, aspectos comportamentais, participação da família e relacionamento intra e interpessoal.

No percurso do aluno é importante ressaltar que nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos e na EJA Anos Finais, os alunos terão 50% a mais da carga horária regular. Este percurso é apoiado por estratégias de atendimento pedagógico diferenciado, devendo haver, durante todo o processo, uma avaliação contínua do desenvolvimento dos alunos de acordo com o ano em que se encontram. Dessa forma o processo de ensino aprendizagem será mais bem orientado e garantirá melhor empenho e desenvolvimento da prática educativa.

É importante que as práticas educativas, as escolhas metodológicas, as definições de conteúdos sejam coletivas e dialogadas pela escola. A escola estando organizada permite o combate à evasão do estudante.

São utilizados como instrumentos relacionados nas situações de avaliação que proporcionam diagnóstico, acompanhamento do processo de aprendizagem, apontando redirecionamentos metodológicos e propostas de intervenção para os alunos que apresentam necessidades específicas:

- portfólio: com uma mostra de atividades e registros necessários que demonstram o processo de desenvolvimento dos alunos;
- avaliações escritas mensais e bimestrais para verificação da aprendizagem e direcionamento do planejamento e redirecionamento do trabalho;
- simulados com questões semelhantes às avaliações externas;
- preenchimento de uma ficha individual de avaliação no diário da turma atribuindo conceitos A, B ou C no boletim escolar nos quatro bimestres.

Como parte importante da avaliação da aprendizagem, é realizado semestralmente o Conselho de Classe, com a participação, de todos os profissionais que trabalham com o aluno (professores de turma e especialista).

O Conselho de Classe tem como proposta acompanhar os progressos, assessorar a prática pedagógica, estabelecer mecanismos adequados para o acompanhamento do desempenho do aluno e se pautar nas discussões e ponderações dos professores no momento de enturmação. Propõe-se ainda discutir e buscar soluções para as dificuldades encontradas no desenvolvimento escolar dos alunos, completando assim um processo de avaliação global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico alinha o trabalho desenvolvido pela instituição de ensino e atua como um documento norteador e indicador de firmeza e segurança no processo de aprendizagem. Este documento valoriza o processo educativo, organiza a escola de forma interna e externa, implica no processo coletivo da construção de rupturas e reconstrução significativa frente ao processo de aprendizagem dos nossos educandos.

É imprescindível que o Projeto Político Pedagógico seja um processo democrático, participativo e dialogado. Os principais agentes sociais construtores de tal projeto são: alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, servidores da escola, pais e comunidade. Todos esses segmentos devem ser ouvidos, terem direito de defesa de suas ideias, e através de processos democráticos construir uma base; terem objetivos a serem conquistados, com metas e prazos a serem alcançados. A escola utilizará o PPP como instrumento de garantia ao aluno de uma aprendizagem de qualidade.

Consideramos importantes as orientações do Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais:

[...] A escola proporcionará momentos para o planejamento, à organização do trabalho escolar, de sua prática pedagógica para viabilizar a operacionalização dos Planos de Ensino, Planos de Aula, Planos dos Servidores da Escola, Plano de Intervenção Pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas. (2014,p.45).

A avaliação do PPP deve então compreender um acompanhamento, ou seja, uma detalhada observação das práticas educativas diárias desenvolvidas pelos alunos, tendo em vista reconhecer como se encontram os mesmos em seu desenvolvimento global. Isto para manter informações úteis que visem uma melhoria no planejamento que conduzam a um trabalho mais efetivo e direcionado às reais necessidades dos alunos

Este documento está aberto a novas abordagens e projetos que proporcionem renovação durante toda sua caminhada de descoberta e construção de conhecimentos. Finalizando, esperamos que o Projeto Político Pedagógico seja mais um instrumento de luta por uma verdadeira gestão democrática, onde os atores desse processo possam valorizar o trabalho coletivo, buscando uma aprendizagem significativa, criativa e prazerosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); **OLIVEIRA**, João Ferreira; **SANTOS**, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. <Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 28/07/2014.

BRASIL. Decreto n. o 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.o 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, n. 243, p.10-15. Disponível em: Acesso em: 09/03/2015.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica, CONSELHOS ESCOLARES: Democratização da escola e construção da cidadania/ elaboração Ignez Pinto Navarro [et al] - Brasília: MEC, SEB, 2004.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. [s.d.]. Disponível em: moodle3.mec.ufmg. 03/08/2014, às 22:14. ESCOLA DE GESTORES, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Curso de Especialização em Gestão Escolar. Sala PV. Belo Horizonte, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 29/06/2014

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 29/06/2014

O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 29/06/2014.

MINAS GERAIS - Conselho Nacional de Educação. Resolução n.07 de 14 de dezembro de 2010.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO .Resolução 2253/2013.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais de agosto de 2014.

Resolução SEE nº 2197/2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p.3.

ANEXO A

Projetos da Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira (2015)

OFICINA DE INICIAÇÃO MUSICAL

Acontece semanalmente num espaço cedido pelo 22º Batalhão de Polícia, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, sendo 40 alunos contemplados. Percebe-se um desenvolvimento substancial na oralidade, postura corporal, ritmo e movimento, além da imensa contribuição no processo de alfabetização e nas relações pessoais.

OFICINA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

Uma possibilidade através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, desenvolvida numa sala de aula adaptada para esse fim, os alunos demonstram cada dia mais encantados com a possibilidade de construção de instrumentos musicais utilizando materiais alternativos, muitos deles reciclados, sentindo artistas e felizes, o que vem demonstrando um aumento na autoestima.

OFICINA DE REFORÇO ESCOLAR

A concretização desta oficina é possível através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere. As oficinas são desenvolvidas para ajudar a escola no desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos alunos com dois ou mais anos de escolaridade e apresentam dificuldades / defasagem na leitura e escrita.

PROERD

(Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência), parceria com a Polícia Militar.

Diante da necessidade constante de uma intervenção quanto à violência e ao uso de drogas, a escola participa todo ano desse programa que muito tem contribuído para conscientizar nossos alunos dos perigos e a importância da preservação a saúde tanto física como mental. Além das oficinas ministradas pelos policiais, os professores dão continuidade às discussões e reflexões propostas no programa.

CULTURA E ARTE DO MORRO À BEIRA DA LAGOA

A Casa do Beco é o cenário onde se cria e vivencia grandes espetáculos representando a arte e a cultura da comunidade local e, nossos alunos são coadjuvantes neste cenário. São momentos únicos de encantamento e beleza que enriquecem e valorizam as pessoas que estão próximas da escola, amigos e familiares desempenham papéis de resgate a valores e situações reais de vida, promovendo intercâmbio de saber histórico. Grandes oportunidades culturais também são propiciadas pelas pessoas que gerenciam o espaço, diante das apresentações de espetáculos de teatro; e nossa presença é constante.

DANÇANDO NA ESCOLA

A mais de uma década na nossa escola, as oficinas de dança são desenvolvidas numa sala devidamente adaptada graças a parceria com a Cultura Inglesa, Unidade Cidade Jardim. As aulas são ministradas com profissionais do Centro de Dança Primeiro Ato, que garante a qualidade e envolvimento das oficinas. Nesse ano de 2014 contamos com o patrocínio da Empresa de Publicidade Perfil, que está localizada próxima a escola e que conhece a seriedade de todos e tem caminhado junto conosco e garantindo o desenvolvimento do projeto Dançando na Escola, que abraçado com muito orgulho pelos pais, familiares e por todos da comunidade.

SARAU LITERÁRIO

Durante o ano são desenvolvidos atividades de estudo, pesquisa e produções artísticas relacionadas a leitura e literatura. Os trabalhos desenvolvidos

são cuidadosamente guardados e, geralmente no mês de setembro, há o momento de culminância, denominado de Sarau Literário. No evento, a participação das famílias e da comunidade é intensa.

MOSTRA CULTURAL

A escola está estabelecendo uma relação de proximidade, de respeito e diálogo com toda a comunidade escolar e local. Essa relação se consolida a cada dia através da verdadeira valorização da cultura da comunidade. Esse projeto tem como propósito, a pesquisa, a identificação, a captação de pessoas, fatos e objetos, fazendo destes, fontes de significativas aprendizagens. No mês de novembro, há um dia para realização de divulgação, apresentação, exposições, palestras, stands, workshops... frutos do trabalho desenvolvido ao longo do semestre.

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS

Nas aulas de Educação Religiosa, esse projeto é desenvolvido predominantemente, para trabalhar questões de hábitos e atitudes diante das brincadeiras e dos sujeitos. Assim, vivenciam situações de respeito, relacionamento interpessoal, cuidados necessários com os brinquedos. É reservado tempo para construção de brinquedos, resgatando suas histórias.

CUIDAR DO AMBIENTE É CUIDAR DA GENTE

Os ambientes do entorno da escola são sempre contemplados nas ações propostas pela equipe docente, pedagogia e administrativa. A preocupação de inserir atividades cotidianas como: operação formiguinha, passeatas na Lagoa da Barragem, construção e distribuição de folhetos de conscientização sobre o lixo, utilização adequada dos espaços e respeito ao patrimônio público, mas usados por eles (alunos e familiares, amigos) são de responsabilidade de todos. Nesse contexto faz-se necessário também estudo e práticas vivenciais sobre higiene pessoal e sua relação com a saúde.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial na Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em atividades regulares desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.